



DOI: <https://doi.org/10.26694/cadpetfilo.v16i31.6065>

INTERSECCIONALIZANDO EXPERIÊNCIAS DE OPRESSÃO E RESISTÊNCIA DA FRENTE POPULAR DE MULHERES CONTRA O FEMINICÍDIO

*Intersectionalizing experiences of oppression and resistance of the popular front of women
against femicide*

Ana Vitória de Sousa Silva¹
Elaine Ferreira do Nascimento²

RESUMO

Este estudo é uma forma de viabilizar e dar centralidade às mulheres negras que militam no interior da Frente Popular de Mulheres Contra o Femicídio, pois há uma ampla relevância social do relato das integrantes deste movimento para a produção de conhecimento na ciência, principalmente em relação à temática do feminicídio, um assassinato misógino que atinge majoritariamente mulheres negras, uma realidade que necessita de uma atenção interseccional das políticas públicas. Assim, a pesquisa teve como finalidade, contribuir para a visibilidade de mulheres negras militantes de uma causa social extremamente importante que é a violência extrema de gênero.

Palavras-chave: violência misógina, feminismo negro, interseccionalidade

ABSTRACT

This study is a way to enable and give centrality to black women who militate within the Popular Front of Women Against Femicide, as there is a broad social relevance of the report of the members of this movement for the production of knowledge in science, especially in relation to the theme of femicide, a misogynistic murder that affects mostly black women, a reality that needs intersectional attention from public policies. Thus, the research aimed to contribute to the visibility of black women militants of an extremely important social cause that is extreme gender violence.

Keywords: misogynistic violence, black feminism, intersectionality

¹ Doutoranda em Políticas públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestra em Políticas públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bacharela em Serviço Social pelo Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA). E-mail: anavi300@outlook.com.

² Doutora em Ciências pelo Instituto Fernandes Figueira/ Fiocruz. Pesquisadora em saúde pública. Coordenadora adjunta da Fiocruz Piauí. Docente permanente do programa de pós-graduação em Políticas públicas da Universidade Federal do Piauí. Líder do Diretório de Pesquisa Saúde, Interseccionalidade e Direitos Humanos. Coordenadora do grupo de Raça, Gênero e LGBTQ+. E-mail: negraelaine@gmail.com



INTRODUÇÃO

Para dar início é preciso reiterar que a árdua caminhada das intelectuais negras na construção de suas teorias tem sido um percurso de resistência ou (re)existência diante de todas as opressões estruturais que insistem em promover o epistemicídio deste grupo, levando em conta que as mulheres negras não são tidas como inteligentes e capazes, pois são vistas como inferiores e sem credibilidade, o que as tornam imperceptíveis diante dos olhares brancos da colonialidade, esta é a realidade de ser uma pesquisadora negra no Brasil, pois a potência de fala e de escrita muitas vezes se perde, desse modo, seguir em contra hegemonia aos padrões eurocêtricos faz parte do enfrentamento, é uma luta que se faz presente diante “da violência em todas as suas formas, violência responsável pela subordinação e pela invisibilidade das mulheres no decorrer da história” (Araújo, 2019, p. 10).

Portanto, esta escrita em questão, constitui parte dos achados da pesquisa realizada durante o mestrado em foi feita a discussão dos movimentos sociais, especificamente de um movimento feminista piauiense engajado no enfrentamento à violência extrema de gênero. A razão de desenvolver este estudo é voltada para a relevância de trazer para o meio acadêmico no âmbito da pesquisa científica, o protagonismo do feminismo negro das mulheres negras militantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, que possuem como causa política de atuação, o feminicídio, fenômeno que constitui uma expressão da questão social que necessita de um olhar das políticas públicas.

Logo, pensar a visibilidade do ativismo territorial destas militantes no âmbito social é também resgatar a ancestralidade histórica das mulheres negras que realizaram uma resistência ao escravismo durante o colonialismo no Brasil, tendo em vista que os movimentos organizados naquela época auxiliaram na preservação dos grupos e das comunidades na diáspora. Desse modo, a Frente representa um símbolo de resistência pela liberdade da vida das mulheres, porque o feminicídio nada mais é do que um mecanismo de extermínio, assim, fazer ciência através deste debate é antes de tudo realizar um deslocamento da margem para o centro, evidenciando as trajetórias das integrantes que fizeram do luto um meio de luta.

Para tanto, é preciso questionar: qual tipo de método a ser aplicado? Quais



instrumentos devem ser utilizados para que possam ser alcançados os resultados do problema que o estudo busca responder? Os procedimentos metodológicos selecionados vislumbram os objetivos que foram estabelecidos na proposta de investigação? A abordagem utilizada para a coleta de dados demonstra respeito e empatia às pessoas participantes?

Logo, foi utilizado como instrumento para a coleta de dados a entrevista semiestruturada, que, segundo Gil (2008, p. 109), esta modalidade é “uma forma de interação social, [...] uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. É relevante também ser ressaltada a questão ética na pesquisa, neste sentido, anteriormente ao processo de ida ao campo, foi elaborado o projeto detalhado sobre as etapas da coleta e o mesmo foi submetido à Plataforma Brasil e ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Piauí, para que fossem atendidas as normas e as regulamentações do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, reiterando inclusive que foi respeitado o consentimento das participantes, sendo entregue a cada uma o documento, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para a assinatura em concordância, de acordo com as diretrizes das resoluções de nº 466/2012 e de nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata sobre a questão da pesquisa envolvendo seres humanos. Posteriormente, durante o processo de apreciação, o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o parecer de número (5. 705. 976).

Assim, esta pesquisa de abordagem qualitativa, teve como proposta trazer a relevância das experiências sociais de atuação da Frente, o que pressupõe a perspectiva de trabalhar com a coletividade dialogando com o estudo em questão, levando em conta que este está direcionado para as mulheres do movimento social feminista Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, corroborando Martinelli (1994, p. 15), afirma que “no que se refere às pesquisas qualitativas, é indispensável ter presente que, muito mais do que descrever [...], buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos”.

Desse modo, o foco investigativo teve como objetivos: a) compreender o contexto de como se iniciou o movimento feminista Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio; b) analisar o que levou estas mulheres integrantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio a estarem unidas pela causa do feminicídio neste coletivo feminista e c) identificar o significado atribuído pelas mulheres da Frente Popular de



Mulheres Contra o Feminicídio em fazerem parte de um movimento feminista que atua no enfrentamento a uma violência misógina e racializada.

IDENTIDADE E MILITÂNCIA: QUEM SÃO AS MILITANTES DA FRENTE?

Entende-se que conhecer a realidade dos movimentos sociais, aqui no caso, de um movimento feminista e sua relevância como um propulsor para a criação de políticas públicas de enfrentamento ao feminicídio, representa um passo para a construção de uma nova realidade de vida para a população feminina e suas comunidades, pois todo processo de organização coletiva de mulheres negras traz nas mobilizações políticas, a insurgência aos paradigmas conservadores, que promovem o racismo e a misoginia (Collins, 2019). Desse modo, foi objetivado compreender por meio da narrativa das entrevistadas, como se deu o processo de formação da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, o que levou à união desta Frente e qual a importância que isso representa para elas enquanto militantes feministas, no decorrer das análises foram visualizados os atravessamentos dos eixos estruturais de opressão que operam nas vivências de atuação das integrantes, tendo em vista que a sociedade brasileira é fundamentada por bases racistas, sexistas, favorecendo padrões hegemônicos.

A autora Patricia Hill Collins (2019), em *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, traz que a ausência de reconhecimento da luta das mulheres negras durante a escravidão promoveu a ideia falaciosa de que este grupo aceitou passivamente as cruéis opressões deste período e ao contrário do que é contado pela história, houve muita resistência, não só nesta época remota, mas também na atualidade, mesmo que seus enfrentamentos não sejam tidos como ações políticas de relevância para a sociedade.

Logo, esta seção irá apresentar exemplos das trajetórias de militantes negras que resistem às correntes devastadoras do feminicídio, estas que são responsáveis por aprisionar e sentenciar mulheres à morte. Desse modo, por uma questão ética, entende-se que é relevante dar visibilidade para o grupo pesquisado, a fim de destacar neste estudo quem são as integrantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio que realizam intervenções de luta pela vida. Assim, será apresentado de forma breve, o perfil das entrevistadas e suas histórias de ativismo e inserção na Frente Popular de Mulheres Contra



o Feminicídio. É importante frisar também que a seção seguinte irá usar pseudônimos com o objetivo de preservar a identidade das participantes.

CAROLINA MARIA DE JESUS

Carolina Maria de Jesus é exemplo de resistência às opressões interseccionadas e na sua luta diária trabalhando como catadora, enfrentou as dificuldades impostas pelos eixos nefastos do sistema. Logo, a mesma utilizou-se de meios para burlar a conjuntura de vida que é destinada às mulheres negras, pobres e periféricas, pois apenas com um caderno e um lápis Carolina registrava diariamente a realidade da sua comunidade, expondo o que a elite branca queria esconder ou melhor, “derrubar”, porque de acordo com o relato da autora em *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, a favela do Canindé onde ela morava estava com os dias contados e seria derrubada para dar início às obras de modernização da cidade, ou seja, em meio a este contexto Carolina resolveu não se calar, ainda que o racismo, o machismo e a desigualdade social estivessem fortemente presentes na tentativa de promover a invisibilidade e o silenciamento (Jesus, 2014).

Assim, com o ousado objetivo de mostrar à sociedade brasileira como é estar situada em um quarto de despejo onde são jogados os lixos, Carolina escrevia. E em meio a este processo, é colocado em seu livro que certa vez um senhor leu os seus escritos e disse a ela que apesar da sagacidade de perceber o que estava ocorrendo a sua volta e de querer publicar os fatos, era uma pena que ela fosse preta, o que tornaria impossível este propósito, pois a cor da pele de Carolina era um obstáculo para a divulgação do seu trabalho em decorrência do racismo (Jesus, 2014).

No período da pesquisa, Carolina Maria de Jesus, mulher negra cis, estava com 54 anos de idade, profissionalmente trabalha como professora e é mestra em educação, ela afirma que na sua vivência de militância teve uma experiência muito positiva que foi adentrar na área da gestão. Segundo ela, estar presente em um espaço de tomada de decisão foi muito importante, pois estar junto de um organismo que trata da defesa das mulheres lhe proporcionou ter uma associação com as delegacias, ter contato com as vítimas de violência, com as que estavam na casa abrigo, ou seja, estar próxima dos serviços que atuam e que acionam o poder público proporcionou para a entrevistada um olhar integrado com as políticas públicas.



Por outro lado, ela afirma que as dificuldades de efetivação dos serviços constituem um grande empecilho, “você tem vontade de fazer, você quer fazer, mas não tem como fazer, porque [...] passa pela questão de orçamento, o estado é muito burocrático, então assim o que você pretende fazer pra solucionar determinada questão você passa por uma enorme burocracia” (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022). Pois:

Você não pode usar o seu espaço pra ajudar outras mulheres naquilo que você achava que era simples, tipo, “eu tô precisando só de um carro que venha me pegar aqui porque meu companheiro tá me espancando” e você não tem esse carro pra ajudar aquela mulher a chegar até uma delegacia, que é o mínimo, porque o carro não tem combustível, porque demorou chegar a licitação para o combustível, são coisas mínimas, então assim você pensa que vai poder ajudar mais mulheres, mas não pode, não tem como (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Diante do relato da entrevistada, fica nítida a complexidade das ações de enfrentamento, ademais, de acordo com Carolina Maria de Jesus, o impasse é maior, pois ela enquanto mulher negra não possui credibilidade no seu próprio local de trabalho, logo:

Quando você é uma mulher negra, que você vai falar sobre essa problemática, as vezes você não é ouvida, você não é ouvida pelo prefeito, você não é atendida pelo secretário, então de uma certa forma não há um respeito e nem uma credibilidade das próprias pessoas que trabalham com você, porque assim, você é a gestora e aí as pessoas ficam: “uma mulher negra sendo a minha chefe? É uma mulher negra que vem discutir de igual pra igual com o secretário? De igual pra igual com o prefeito?” então você vai sofrer isso quando faz algo, quando vai lá argumenta e tal e aquilo não tem resposta e isso né, é o silenciamento, que é a causa do racismo, aí é onde você percebe onde está o racismo (Carolina Maria De Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

De acordo com o relato de Carolina Maria de Jesus, o racismo é uma violência que engessou suas ações dentro deste espaço, até porque quando uma mulher negra ocupa um lugar de poder isso gera muito incômodo, assim, por mais que seja de muita relevância ter alguém na gestão que represente grupos que foram historicamente minorizados, é muito difícil que haja o respeito em relação a essa autoridade, pois a branquitude quer a população negra, sobretudo as mulheres negras, para servir e não para estar à frente, no comando. O que foi colocado por Carolina Maria de Jesus é a mais forte expressão da revolta, pois a



opressão racista é uma barreira à efetivação das políticas públicas.

DANDARA

Segundo a autora Silva (2020), em *De África, Nzinga; da Diáspora, Dandara: cosmopercepção descolonizando o corpo negro*, Dandara foi uma guerreira negra que atuou contra a escravidão no Brasil durante o período colonial, tendo em vista que tomou a frente na condução dos quilombos no confronto com a violência que era perpetrada pelos senhores brancos. Hoje, Dandara é símbolo de liderança e de resistência ancestral potente, pois sua história impulsiona a luta antirracista e antissexista na diáspora (Silva, 2020).

Dandara, mulher negra cis, no período da entrevista estava com 59 anos de idade, é formada em História e Direito e possui especialização em Direitos Humanos, trabalha profissionalmente como servidora pública na Justiça Federal. Antes de iniciar sua atuação na Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, ela pontua que desde sempre esteve presente em movimentos sindicais e na luta por moradia, a mesma afirma que a sua militância passa pelo mundo do trabalho, ademais ela coloca que ajudou a criar e a organizar sindicatos nos judiciários estadual e federal.

Quando perguntada sobre a fundação da Frente, Dandara coloca que foi uma das pessoas que desde o primeiro momento pensou a organização deste movimento em meio às circunstâncias de várias mortes na capital do Piauí, pois muitas mulheres foram assassinadas de forma simultânea naquele período. Nas próprias palavras da entrevistada ela coloca “várias mulheres eu entre elas, fizemos uma manifestação em frente ao Karnak e a partir daí a gente continuou manifestando e posteriormente nos organizamos e criamos né a Frente Popular de Mulheres” (Dandara, Entrevista datada de 06 de outubro de 2022).

Ao dar este relato, a mesma afirma que é identificada como uma liderança, contudo, Dandara coloca que dentro da Frente há um grupo organizativo em que são discutidas pautas importantes para o movimento, logo, tudo é feito de forma coletiva e não necessariamente existe uma hierarquia, “nós somos líderes, nos consideramos né, mas a gente quer que seja maior, queremos muitas líderes lá” (Dandara, Entrevista datada de 06 de outubro de 2022). Neste depoimento, Dandara enfatiza o anseio de que mais mulheres se unam a esta causa de enfrentamento ao feminicídio, logo, este argumento da entrevistada demonstra ainda a forte presença de valorização comunitária da Frente.



ANTONIETA DE BARROS

Antonieta de Barros foi a primeira mulher negra a ser eleita no Brasil e durante toda sua vida esteve engajada em um forte compromisso com a educação para a população mais carente e pela liberdade de expressão, tendo, portanto, atuado como professora e jornalista, pois manifestava suas ideias por meio da escrita, fazendo críticas em relação ao preconceito racial e a situação da mulher na sociedade e em razão desta luta, Antonieta virou um legado de justiça e de resistência à sociedade racista/sexista que impunha limitações às mulheres, principalmente às mulheres negras (Nunes, 2001).

Quando entrevistada Antonieta de Barros, mulher negra cis, estava com 36 anos de idade, é bacharela em Direito e Mestra em Sociologia, profissionalmente trabalha como advogada e sempre advogou para movimentos populares e sindicatos, logo, durante um tempo em sua carreira a mesma foi uma advogada popular e atualmente realiza consultoria para as Nações Unidas do sistema prisional. Ao iniciar suas atividades na Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, Antonieta de Barros relata que devido ao seu conhecimento jurídico, sua militância começou através da advocacia Pro Bono que é quando há a realização do atendimento gratuito, através de indicações para os serviços públicos e atendimento via defensoria.

A mesma afirma também que não poderia recuar neste posicionamento de se unir à causa do feminicídio, pois não queria se omitir no que tange a violência de gênero, “eu tomei uma decisão que não podia retroceder no entendimento que eu tinha em relação as violações que acontecem com as mulheres, [...], porque isso gera uma forma de eu ser omissa e [...] é uma forma de me silenciar também” (Antonieta De Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Nisto, Antonieta de Barros coloca que é muito importante fazer parte de um coletivo porque este é um espaço de suporte para que as ações ecoem, “é a questão da união né, porque juntas se pode fazer mais né, é nesse sentido [...], são espaços de aglutinação mesmo, de lutas” (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022). Ademais, a entrevistada também ressaltou enfaticamente em seu depoimento a questão da educação, como um elemento necessário para que haja uma transformação social em relação a problemática do feminicídio e da misoginia, portanto, ela coloca:



O patriarcado, o machismo entranhado ele ainda tá sendo reproduzido, então se a gente não tiver um investimento forte em educação de gênero é possível que a gente continue vivenciando, presenciando essas situações acontecendo [...] não tem como construir novos parâmetros societários pra qualquer questão relacionada a isso se a gente não passar por um processo de educação (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Contudo, apesar de acreditar que o enfrentamento da violência misógina se dá através da educação como uma estratégia que se constrói coletivamente, Antonieta de Barros traz que está afastada da Frente e revela que os motivos que levaram ela a tomar esta decisão estão voltados para um processo de crise interna, pois “chegava a um limite, em que não havia muito tato pra lidar [...]a gente acabava vitimizando aqueles familiares sempre trazendo à tona” (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Logo, para Antonieta de Barros é muito difícil se responsabilizar com o enfrentamento dessa dor da perda sem adoecer, ademais, ela relata que sente a ausência de um instrumental técnico e até mesmo de condições emocionais para lidar com o acompanhamento de familiares e até mesmo de algumas mulheres vítimas de violência. Assim, este relato aponta a sensação de desesperança, a ausência de perspectiva na mudança de cenário social em relação as mortes, além da fragilidade emocional que é provocada nas militantes em constantemente lidar com a dor provocada pelos frequentes casos de assassinatos.

Contudo, após esta breve apresentação sobre quem são as militantes participantes da pesquisa, a próxima discussão será centrada sobre os desafios que é fazer parte de um coletivo feminista que atua diariamente no enfrentamento da violência misógina.

“UMA VOZ QUE QUANDO NÃO É SILENCIADA, GRITA, MAS NÃO É OUVIDA”: OS ENTRAVES DA LUTA POLÍTICA

Nós fizemos uma manifestação que foi coletiva na frente da prefeitura né e aí a gente reivindicando e pautando a questão das mulheres né e aí nessa ação teve uns jornalistas que já começou a chamar a gente de vagabundas né, que a gente tava ali porque a gente era vagabunda e isso são violências e a gente pegava o nosso microfone e falava: “nós não somos vagabundas, nós estamos aqui por uma luta social e antes de sair de casa a gente já fez inúmeras coisas”, como se mulher fosse só, é: “mulher tem que tá em casa, então se vocês estão aqui é porque vocês são vagabundas, vocês não tem o que fazer em casa, como que várias mulheres estão num espaço realizando manifestação, pela manhã? Né? Pela manhã? Então quer dizer que vocês não estão fazendo os seus afazeres domésticos, né? Vocês estão aqui sendo vagabundas né?” então a gente sofre esses tipos de coisa



(Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Em todas as manifestações realizadas pela Frente, a principal reivindicação é que o Estado tenha um olhar mais atento e construa políticas públicas que possam estar voltadas para atender a pluralidade do grupo de mulheres, para que haja uma maior acessibilidade aos serviços, a fim de serem evitados os casos de feminicídio que vitimizam com mais frequência as mulheres negras.

Este tópico inicia a sua discussão a partir de um relato em que há um episódio de desrespeito às militantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio durante uma manifestação. O machismo é bem nítido no depoimento da entrevistada, porque o fato de elas estarem protestando contra uma violência de extrema urgência gerou muito incômodo, pois de acordo com a perspectiva patriarcal as mulheres não devem ocupar a esfera pública.

É relevante colocar que Carolina Maria de Jesus enfatiza a questão do horário, pois o protesto estava sendo realizado pela manhã e os jornalistas que estavam presentes no local se dirigiram às integrantes da Frente como vagabundas, pois segundo eles é inviável que elas estivessem na rua enquanto deveriam estar cumprindo com as funções domésticas, pois de acordo com a perspectiva patriarcal é cabível às mulheres como um dever pré determinado socialmente desempenhar atividades restritas ao âmbito privado.

A partir do que foi colocado por Carolina Maria de Jesus, é nítido que a sociedade internalizou uma rejeição ao feminismo, o que evidencia uma não aceitação às pautas feministas e uma normalização das mortes que são provocadas por feminicídio. Assim, Antonieta de Barros traz também que apesar de o feminismo ser um movimento social de muita relevância é difícil lidar com todos os obstáculos referentes a esta luta, nas próprias palavras da entrevistada ela afirma:

Ao mesmo tempo que é um espaço necessário, [...] é difícil porque é muito sofrido, a gente tá em um espaço que são constantes notícias ruins, são constantes constatações de impotências, a gente denuncia, mas pra gente denunciar a gente sabe que nem sempre seremos escutadas, então assim é um espaço que requer uma administração emocional muito forte né [...] então assim, é bem difícil (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Ademais, Antonieta de Barros reitera que este trabalho da militância, possui grande desvalorização social, a mesma afirma que sentia dentro da própria família a desaprovação em fazer parte de um movimento social, “algumas situações já aconteceram dos familiares,



amigos ficarem dizendo pra gente parar de lidar e de trabalhar com isso, tipo assim: “ah, ele bateu, ele matou a mulher! Você não tem medo? Isso é uma coisa que já aconteceu várias vezes, de várias pessoas questionarem (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Logo, fazer parte de um movimento social que atua na contra hegemonia do sistema traz de fato, muito risco para as militantes da Frente, corroborando Carolina Maria de Jesus também enfatiza em seu depoimento que:

O que é que assegura que nós enquanto mulheres vamos pra rua lutar por essas mulheres, pra pedir a prisão né, a punição desses agressores, o que que assegura que esses agressores também eles não podem também tramar contra a gente né? E fazer alguma coisa contra nós que estamos de uma certa forma vulneráveis né? (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Carolina Maria de Jesus enfatiza que se sente vulnerável ao ir para a rua realizar as lutas, “a gente se sente ameaçada né, em várias questões que a gente vai tentando ajudar essas mulheres né” (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022). Ela relata também que na tentativa de incentivar o empoderamento das mulheres, a Frente provoca que estas sejam uma liderança na comunidade delas, entretanto elas colocam que esta ação é barrada pelo machismo:

Alguns homens falaram assim pra nós: “não funciona essa coisa de mulher aqui não, porque mulher tem que cuidar é da casa, da cozinha, não tem como ela liderar, uma presidência de uma associação de uma comunidade tem que ser de um homem que tem mais tempo né”, aí a gente sente a ameaça pelo tom de voz, “o que é que vocês tão fazendo aqui falando sobre feminismo? O que é que vocês tão falando do direito das mulheres? falando que essas mulheres podem ser o que elas quiserem? Se elas não têm tempo! Porque elas têm marido, têm filho e têm casa!” então a gente sofre esse tipo de ameaça que se a gente provocar um pouco mais a gente sabe que pode ocorrer ali uma violência e a gente tem que ter ali uma estratégia de não ter essa provocação em lugares em que a gente se sente insegura (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Desse modo, resistir às violências estruturais é correr risco de vida, Carolina Maria de Jesus também questiona as ações do Estado, pois “se ele não protege essas mulheres que foram assassinadas como ele vai proteger as mulheres que lutam por outras mulheres? (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022). Em outro relato ela afirma que se sentiu apreensiva ao tentar ajudar uma mulher que havia sido agredida, pois a vítima comentou que o agressor estava nas proximidades do local:



Teve um caso de uma mulher que sofreu violência e estava no HUT e eu fui pegá-la no HUT porque não tinha viatura [...] a gente se sentiu ameaçada porque depois a gente soube que o agressor estava na frente do hospital [...] só que ela não falou pra gente, ela só falou quando ela estava na delegacia, ela disse assim: “olha ele tava na frente do HUT, mas não falei porque a senhora ia ficar com medo”. Então assim [...] na nossa vontade de resolver as questões a gente tá sendo ameaçada porque a gente ia sair de lá e alguma coisa poderia acontecer né? (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Assim, a responsabilidade do Estado em amparar as mulheres vítimas de violência é deslocada para os movimentos sociais, o que é contraditório, pois a militância que luta pela preservação da vida se encontra desprotegida e refém da violência misógina.

Outro caso parecido com o relato acima, aconteceu com Antonieta de Barros quando a mesma afirma sobre a sua tentativa de socorrer uma mulher que havia sido agredida. Ela enfatiza que enfrentou uma enorme burocracia nos órgãos de defesa que prestam serviços à violência de gênero e em decorrência disso, a entrevistada problematizou que naquela ocasião mesmo com todo o apoio que a vítima teve, houve muitas dificuldades para que fosse efetivada a denúncia, logo, na ausência desse suporte, as chances de ocorrerem feminicídio são maiores, sobre este momento, Antonieta de Barros coloca:

Eu já fiz atendimento de uma mulher que havia acabado de ser agredida pelo marido, a gente foi lá pra Central de Gênero, depois que foi registrado o boletim de ocorrência ela pegou a guia pra poder fazer o exame de corpo de delito, o exame tinha que ser feito lá no bairro Saci, aí ela saiu com a guia e a gente teve que se virar pra ir e isso foi um sábado à noite, então veja, [...] quando ela me ligou ela estava saindo de casa, ela saiu correndo descalça, eu coloquei ela dentro do meu carro e eu vim pra delegacia com ela e depois [...] fui até o Saci, certo? Quantas mulheres tem condição de ter um acompanhamento de uma advogada pra isso? Pra garantir? Pra ligar pra uma advogada? Pra pegar na casa dela? Pra levar de um serviço a outro? Porque foi assim, ela foi pra delegacia, registrou o B.O e depois a delegacia simplesmente fechou as portas e ela tinha que dar um jeito, ela saiu de casa correndo e até sem chinelo, cadê o documento dela? Cadê o dinheiro pra passagem do ônibus ou do Uber? Então para as mulheres que estão em uma zona periférica mais afastada ela tem que enfim né, até pra registrar um boletim de ocorrência em uma situação como essa, eu sei que tem as situações em que a gente liga e que vai a polícia enfim, mas como que um setor, um serviço, não tem uma abertura? É fechado? [...] então pra uma mulher que tem carro, um apoio, é diferente né. Então são essas as questões que eu falo, não adianta a gente dizer que as mulheres são todas iguais e que podem acessar as políticas da mesma forma. Elas têm como chegar ao serviço da mesma forma? Elas não têm! Então essa é a questão, de repente uma mulher de classe média que é afetada e que é vítima de violência, ela consegue ter uma rede de apoio que auxilia a sair de casa, que a auxilia a reconstruir a vida, muitas vezes em outro lugar e a mulher que não tem pra onde ir? Que não tem renda? Que é dependente muitas vezes desse agressor? Como ela faz né? As políticas que existem, é preciso reconhecer que



avançaram muito, sobretudo da década de 1980 pra cá, mas essas políticas conseguem de fato alcançar todas as mulheres que precisam? Eu acredito que ainda não (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro).

A partir deste relato Antonieta de Barros enfaticamente traz à tona a questão das desigualdades racial e social que afetam as mulheres, pois não se trata apenas da questão de gênero, como ela bem coloca, não adianta afirmar que a política pública existe para proteger contra a violência misógina, se ela não abrange toda a diversidade do público-alvo, pois o alcance ainda é bem reduzido. Como também questiona Carolina Maria de Jesus, “mulheres já morreram por não ter moradia, por não ter educação, por não conseguir trabalho, por outras questões também, isso também são problemas que tem que ser discutido na sociedade, qual é a situação dessas mulheres? (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Ao fazer esta indagação Carolina Maria de Jesus, enfatiza que é preciso um olhar das políticas públicas para as outras expressões da questão social vivenciadas pelas mulheres, pois muitas acabam sendo vítimas de feminicídio por falta de estrutura, por não ter um apoio social, financeiro, etc. Um exemplo nítido que retrata bem esta situação, é o relato trazido pela entrevistada Antonieta de Barros em que a mesma afirma que a vítima saiu descalça de casa pois estava correndo risco de ser morta pelo companheiro, ademais, Antonieta coloca que poucos são os casos em que as mulheres tem um apoio para uma denúncia ou qualquer outro tipo de procedimento nestas situações, logo, é visível que a problemática do feminicídio é extremamente emergencial.

Estes casos aqui expostos constituem um grande desafio no enfrentamento ao feminicídio, pois muitas vezes as ações do coletivo que estão voltadas para a tentativa de mudança do padrão androcêntrico são barradas pela ausência de segurança. Além do mais, o fato de o feminismo constituir uma ameaça para a ordem social patriarcal e racista instituída ocasiona um risco maior para as militantes da Frente. Assim, Carolina Maria de Jesus afirma que fazer parte de uma organização feminista não é algo simples,

Não é fácil e também para além de não ser fácil, não é seguro a gente não tem segurança fazendo parte desse coletivo porque a gente vai pra rua e faz a luta e tudo mais [...] então quando você provoca essa discussão nós também estamos sofrendo ameaças, nós somos de certa forma ameaçadas porque é um trabalho inseguro e a gente não tem a segurança do próprio estado brasileiro e também do Piauí (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).



A entrevistada também coloca que durante algumas visitas às comunidades para a realização de palestras, as integrantes da Frente muitas vezes se deparavam com discursos de ódio, como este colocado por Carolina Maria de Jesus:

A gente foi pra algumas palestras que tinha homem e a gente ouviu depoimentos de homem falando assim: “olha, essa discussão sobre mulher que vocês trazem pra nós aqui na comunidade, eu penso assim, eu casei com uma mulher e se ela come do meu pirão, apanha do meu facão” e isso é ameaça direta pra nós né (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

A partir deste relato pode ser observado que o machismo e o racismo que se encontram fortemente presentes na sociedade impedem que as mulheres tenham uma outra perspectiva de vida. Esta é a razão que explica o fato de as mulheres negras serem as maiores vítimas de violência e estarem mais propensas a serem assassinadas, pois estas não possuem uma estabilidade, além do mais são impedidas pelos agressores de alcançar uma autonomia e isso faz com que fiquem mais reféns. Desse modo, todo o trabalho que é realizado pela Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio para a desconstrução deste processo colonial e cultural gera muito desconforto em todos aqueles que são privilegiados pelo sistema racista cishéteropatriarcal capitalista. Cabe reiterar também que a expressão “se ela come do meu pirão, apanha do meu facão” traz um significado de possessividade e objetificação da mulher, como se esta não fosse dona da própria vida, do próprio corpo e de suas escolhas, o que remete muito a uma condição de aprisionamento.

Antonieta de Barros também relata que além da violência nos espaços públicos, ela enquanto militante da Frente já passou por situações em que foi coagida pelas redes sociais:

Uma situação que aconteceu, foi de intimidação, que foi o caso de o agressor me procurar por meio das redes sociais e ficar me encaminhando vários tipos de materiais pra intimidar a atuação que eu estava tendo na Frente junto com a ex companheira dele né, então ele mandava vários insultos né dela, sobre ela, coisas até pornográficas mesmo, mostrando toda a misoginia dele e ao mesmo tempo que ele ficava o tempo tentando se justificar dizendo que a errada era ela sobre o que aconteceu, eu entendi isso como uma intimidação (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Ainda dentro deste meio virtual, Dandara também traz um caso em que se sentiu desrespeitada, pois segundo ela, as violências mais frequentes ocorrem quando há o exercício de cobrar do Estado ações mais efetivas contra o feminicídio, ela traz como um



exemplo, um episódio em que a Frente iria participar de uma audiência com uma instituição pública, nas próprias palavras de Dandara ela coloca que

As violências que a gente sofre é quando vai cobrar o Estado né, aí muitas vezes ocorre, por exemplo, a gente teve uma assim, marcamos uma audiência com o Tribunal de Justiça de forma virtual e aí simplesmente foi criado o link e no meio da audiência o link caiu e não retornaram e isso é uma violência com uma organização social, uma violência institucional né (Dandara, Entrevista datada de 06 de outubro de 2022).

Neste mesmo local, Carolina Maria de Jesus enfatiza um caso de violência sofrido pelas integrantes da Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio. De acordo com ela, é comum que o coletivo seja barrado em muitas ações que se propõem a fazer, como por exemplo, marcar presença em uma instituição pública para acompanhar debates e audiências acerca das ocorrências de violência misógina. Neste viés, ela destaca:

Teve lugares que a gente fez a manifestação mas que a gente não conseguiu entrar, lá no Tribunal de Justiça, um exemplo, a gente queria entrar lá com um grupo maior, aí nós fomos barradas, só entraram umas quatro ou cinco, pra nós isso foi uma violência, porque a gente queria entrar era todo mundo né e não quatro pessoas, quatro pessoas não iriam nos representar, então assim só quatro pessoas né e aí a polícia chega e barra você te impedindo de entrar no espaço (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

Através deste relato, pode ser observado que o racismo institucional e a violência policial operam a serviço da elite hegemônica branca, o que consequentemente debilita a atuação do coletivo. Assim, a partir destes depoimentos é possível visualizar que a Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio apesar de ser um movimento social feminista muito representativo na sociedade piauiense, que carrega muita potência em suas lutas torna-se fragilizado diante de todas as violências estruturais, pois as militantes também estão sujeitas a sofrer com as cruéis opressões de estarem atuando em contra hegemonia aos padrões do sistema. Contudo, como traz Carolina Maria de Jesus, a atuação não deve retroceder em meio aos obstáculos, “a gente não pode deixar de atuar, a gente não pode deixar de fazer a luta” (Carolina Maria de Jesus, Entrevista datada de 28 de setembro de 2022).

O que foi colocado em relato pelas participantes remete ao pensamento de Julieta Paredes, mulher negra, indígena, boliviana e militante feminista, esta autora afirma que fazer parte de um movimento social como o feminista não é fácil, porque além de se



posicionar em contra hegemonia ao sistema é preciso também desconstruir paradigmas ou nas próprias palavras de Julieta Paredes “criar nossos conceitos em um mundo colonizado” (Spyer *et al*, 2019, p. 25).

Ao trazer essas colocações, Julieta quer dizer que o feminismo para ser de fato transformador e revolucionário deve estar atrelado às lutas do povo, aos anseios da comunidade, logo, ela enquanto uma mulher negra indígena, afirma que o seu corpo de ascendência originária guarani e aimará não é autônomo, ou seja, não possui liberdade e “qualquer ideia, qualquer proposta, querem manipular, copiar, plagiar. Não para construir, mas para destruir, para a promoção individualista do capitalismo” (Spyer *et al*, 2019, p. 25).

Assim é a Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, que realiza uma luta feminista bem viver da sociedade e não apenas para uma única e exclusiva categoria, pois o enfrentamento realizado pelas militantes deste coletivo é comunitário e voltado para as violências estruturais interseccionadas. Nas palavras de Antonieta de Barros, ela coloca que o feminismo para ela:

É como se tivesse buscando paz, por mais que a gente enquanto feminista esteja a todo tempo em ambientes de disputa, de luta, de tensionamentos né que são espaços que a gente participa e cria com a necessidade que a gente possa evoluir nessa luta, mas a gente tá buscando paz pra si, eu enquanto mulher estou vulnerável a todas as violências que uma mulher está e que passa na sociedade, eu enquanto mulher negra também, mas é isso, o que a gente quer é paz (Antonieta de Barros, Entrevista datada de 14 de outubro de 2022).

Com este depoimento Antonieta de Barros traz que ela enquanto uma militante negra está sujeita a sofrer com as violências e por isso sente a necessidade de lutar, para buscar paz diante de toda a crueldade existente em uma sociedade racista, sexista e capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste estudo foram feitas entrevistas semiestruturadas em que foram coletadas informações sobre a trajetória de cada militante no coletivo Frente Popular de Mulheres Contra o Feminicídio, visando captar não tão somente a atuação do feminismo negro, mas também desconstruir o epistemicídio histórico de apagamento do protagonismo das mulheres negras. Desse modo, foi dedicado um capítulo desta dissertação para a apresentação das entrevistadas como uma forma de proporcionar a elas um reconhecimento



neste processo. Assim, foi destacado o importante papel das militantes nesta pesquisa, Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus e Dandara, que socializaram suas histórias de luta, possibilitando um maior aprofundamento de análise, o que foi fundamental para o desenvolvimento desta escrita científica.

A temática desta pesquisa possui grande relevância social que deve ser debatida nos espaços institucionais de poder, como por exemplo, a universidade, e neste ponto, é preciso pensar a atuação do feminismo negro como uma ponte de transformação desta realidade, pois a luta e a conquista das mulheres negras não representam algo isolado, pois trata-se de um cenário que envolve toda a sociedade. Ademais, a interseccionalidade, teoria que possibilita a análise crítica sobre a articulação das opressões também se fez presente nesta pesquisa, tendo em vista que esta deve estar inclusa nas políticas públicas, de modo que a construção da política ocorra com a participação de mulheres negras, sendo que estas se encontram sub- representadas nos espaços de poder, considerando que na sociedade determinados grupos foram destituídos da responsabilidade e da possibilidade de tomada de decisões.

Em que pese aos resultados da pesquisa, a conclusão que se chegou é que o racismo é o maior implicador para o retrocesso que impede o avanço das políticas públicas, tendo em vista que as limitadas ações do Estado em visualizar o entrecruzamento das opressões impede que sejam criadas iniciativas governamentais comprometidas com a mudança do cenário social. Assim, a violência racista e de gênero, bem como a desigualdade constituem barreiras na vida das mulheres negras, pois segundo os depoimentos das próprias entrevistadas apesar de já existirem muitas políticas implementadas, as disparidades ainda se encontram presentes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elita Isabela Morais Dorvillé. **Sobre as mortes de Dandaras: gênero, raça e classe como aportes para pensar uma criminologia feminista e interseccional.** (Dissertação). 2019.

COLLINS, Patricia Hill; Sirma Bilge. **Interseccionalidade.** Tradução de Rane Souza. -1º ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo: diário de uma favelada. 200 p. São Paulo:



Ática, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativa na pesquisa em Serviço Social. In: **Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa**. 1994, São Paulo, PUC-SP. São Paulo: NEPI, maio de 1994, p.11-18.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: uma história**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

SILVA, José Artur do Nascimento. *et al.* **De África, Nzinga; Da Diáspora, Dandara: cosmopercepção descolonizando o corpo negro**. *Revista da ABPN*. v.12, n. 33, jun./ago. 2020.

SPYER, Tereza. *et al.* **Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear**. Tradução de Mariana Malheiros. **Epistemologias do Sul**. v.3, n. 2, p. 22-42, 2019.